



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

LEI Nº 157/90 DE 22 DE OUTUBRO DE 1.990. =

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SELVÍRIA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O DR. NILSON GOMES AZANBUJA, Prefeito Municipal de Selvíria - Ms, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que a Câmara Municipal de Selvíria- Ms aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

ARTIGO 1º: Esta Lei institui o Regime Jurídico Estatutário para os Funcionários Públicos da Prefeitura e Câmara Municipal de Selvíria, Estado de Mato Grosso do Sul.

ARTIGO 2º: À partir da aprovação desta Lei, não será permitido nenhum provimento em cargo efetivo, da Prefeitura Municipal de Selvíria, se não for em virtude de aprovação em Concurso Público de provas ou provas e títulos, ou pelos motivos previstos no Artigo 17 (dezessete) deste Estatuto.

ARTIGO 3º: Para efeito deste Estatuto:

I- FUNCIONÁRIO é a pessoa legalmente investida em cargo Público municipal, de provimento efetivo, ou em comissão, e cuja relação de trabalho é regulada pelo presente Estatuto;

II- Cargo é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas ao funcionário; criado por Lei, com denominação própria e ao qual corresponde vencimento específico;

III- Classe é o agrupamento de referências de uma mesma categoria funcional, escalonadas de acordo com níveis distintos de vencimentos;

IV- Série de classes é um conjunto de níveis de vencimentos destinados à retribuir atribuições da mesma natureza, escalonadas quanto ao grau de complexidade e responsabilidade inerentes a cada grupo;



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fls- 02

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

V- Grupo é o conjunto de cargos, reunidos segundo a correlação e afinidade entre as atividades de cada um, a natureza ou o grau de conhecimento necessário ao exercício das respectivas atribuições;

VI - Referência: - é o símbolo de sistema de valorização de cargos, que indica o vencimento a ser atribuído ao funcionário, dentro de uma determinada classe;

VII- Vencimento: é a retribuição pecuniária da administração, ao funcionário, a título de valorização funcional, e pelo efetivo exercício do cargo, conforme a correspondente referência, classe e categoria funcional que lhe for própria.

TÍTULO II

DOS CARGOS PÚBLICOS E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

C A P Í T U L O I

DOS CARGOS PÚBLICOS

ARTIGO 4º: Cargo Público é o conjunto autônomo de atribuições deveres e responsabilidades cometidas a um funcionário, identificando-se pelas características de criação na forma da Lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Município, de acordo com a classe e referência a que estiver sujeito.

§ 1º - Os cargos são de provimento em caráter efetivo e em comissão para aqueles inerentes aos cargos de direção, chefia, consulta, assessoramento superior, assistência direta ou intermediária.

§ 2º - Os cargos Públicos do Município de Selvíria são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei ou regulamento.

§ 3º - É vedado atribuir ao funcionário funções diversas das próprias de seu cargo, como tais definidas em Lei ou regulamento, ressalvados os casos de readaptação médica, nos termos pre-



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls- 03

vistos neste Estatuto.

§ 4º - é vedado o exercício gratuito de cargos Públicos.

C A P Í T U L O I I

DOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

ARTIGO 5º: Os Cargos Públicos de provimento em comissão, se destinam a atender a encargos de direção e chefia, consulta e assessoramento superiores e de assistência direta, e cujos titulares são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, podendo a escolha, preferencialmente recair em funcionário efetivo ocupante do cargo de carreira, ou em pessoa estranha ao Serviço Público, desde que a mesma reúna os requisitos necessários e a habilitação profissional para a respectiva investidura.

§ 1º - A competência e as atribuições dos cargos em comissão e de seus titulares, serão definidas em ato próprio pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º - Os cargos Públicos de provimento em comissão, subdividem-se em cargos de direção e assessoramento superior e cargos de direção e assessoramento intermediário.

§ 3º - Não poderão ocupar cargos em comissão os maiores de 70 (setenta) anos e os que tenham sido aposentados por invalidez, para o serviço público, desde que subsistentes os motivos que determinaram a inatividade.

ARTIGO 6º: Quando a nomeação recair em funcionário do Município, este poderá optar pelos vencimentos do cargo em comissão ou pela percepção do vencimento de seu cargo efetivo, acrescido de uma gratificação correspondente à diferença entre este e o valor do vencimento atribuído ao cargo em comissão para o qual foi nomeado fazendo jus ainda a todos as demais vantagens inclusive verba de representação integral.

Parágrafo Único: A opção pelo vencimento do cargo em comissão, não prejudicará o adicional por tempo de serviços devido ao funcionário, calculado na forma prevista neste Estatuto.



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls. 04

ARTIGO 7º: A opção pelo vencimento recair em funcionário ou servidor de outras esferas da administração Pública, e este for colocado a disposição do Município, sem ônus para a entidade de origem, o nomeado receberá, pelo exercício do cargo em comissão, os vencimentos e as vantagens para este fixado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se a cedência for com ônus para a entidade, de origem o nomeado poderá optar pela percepção prevista no Artigo 6º deste Estatuto.

ARTIGO 8º: O inativo, provido em Cargo de Comissão, perceberá integralmente a remuneração para este fixado, cumulativamente com o respectivo provimento.

PARÁGRAFO ÚNICO: O afastamento em virtude da condição temporária do exercício do cargo em comissão e o retorno ao cargo efetivo ou a inatividade não constitui rebaixamento, redutibilidade de vencimento, nem direito a nenhuma indenização.

ARTIGO 9º: A posse em cargo em comissão, determinará o concomitante afastamento do funcionário do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal, opção ou substituição eventual.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada, somente poderão, nessa qualidade serem colocados à disposição de órgãos de outras esferas de governo, mediante Decreto do Poder Executivo Municipal e em decorrência de cumprimento de obrigações assumidas em convênios e/ ou acordos em que seja parte a Prefeitura Municipal de Selvíria.

C A P Í T U L O III

DA FUNÇÃO GRATIFICADA

ARTIGO 10: A função gratificada, do preenchimento de confiança, é criada por ato do Executivo Municipal, com símbolo próprio, para atender a encargos de chefia de serviços ou funções não compreendidas nas disposições do Artigo 5º, § 2º deste Estatuto.



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fls. 05

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

ARTIGO 11: O Poder Executivo ao criar as funções gratificadas, observará os recursos orçamentários existentes para esse fim, bem como os símbolos e respectivas vantagens pecuniárias prefixadas em Lei.

ARTIGO 12: O exercício da função gratificada não constitui emprego e a respectiva retribuição tem o caráter de vantagem acessória a vencimento do designado.

Parágrafo Único: A designação para o exercício de que trata este artigo deverá obrigatoriamente, recair em ocupante de cargo efetivo, cujas atribuições sejam correlatas com as da respectiva função gratificada.

ARTIGO 13: Não poderá ser designado para ocupar função gratificada, servidor aposentado.

ARTIGO 14 : Somente poderá ser designado para ocupar função gratificada o funcionário ativo da administração Municipal.

Parágrafo Único: Não se aplica à função gratificada a regra prevista no "caput" do artigo 9º, deste Estatuto.

ARTIGO 15: Somente é competente para designar e dispensar ocupante de função gratificada, o Prefeito Municipal.

ARTIGO 16: Compete à autoridade a que ficar subordinado o funcionário designado para função gratificada, dar-lhe exercício no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da designação.

TÍTULO III

DAS FORMAS DE PROVIMENTO E VACÂNCIA

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

ARTIGO 17: Os cargos são providas por:

- I - Nomeação
- II - Progressão Funcional
- III - Ascensão Funcional
- IV - Transferência
- V - Reintegração
- VI - Aproveitamento
- VII - Reversão
- VIII - Readaptação

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.06

VII - Reversão

VIII- Readaptação

ARTIGO 18- Compete ao Prefeito Municipal, prover por ato próprio os cargos Públicos, observadas as prescrições legais.

PARÁGRAFO ÚNICO: O ato de provimento deverá conter, necessariamente as seguintes indicações, sob pena de inulidade do ato e responsabilidade de quem der posse:

- I - a denominação do cargo vago, e demais elementos de identificação, o motivo da vacância e o nome do ex-ocupante, se ocorrer a hipótese em que possam ser atendidos esses últimos elementos;
- II- o caráter da investidura, se efetivo ou em comissão;
- III- o fundamento legal, bem como a indicação do nível de vencimento de cargo;
- IV- a indicação de que o exercício do cargo se fará cumulativamente com outros cargos municipal, se for o caso.

SEÇÃO I

DA NOMEAÇÃO

SUB- SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 19 - A nomeação se dará:

I - em caráter efetivo, para cargo de provimento efetivo, regido por este Estatuto;

II - em comissão, quando se tratar de cargo de direção, chefia ou assessoramento e outros que em virtude de lei assim devem ser providos.

ARTIGO 20 - A nomeação para cargo de provimento em comissão

continua...



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.07

será feita mediante livre escolha do Prefeito Municipal, dentre as pessoas que satisfassam os requisitos legais para investidura no serviço Público, observado o disposto do Artigo 26, § 2º, deste Estatuto.

ARTIGO 21 - Não poderá ser nomeado para cargo Público municipal, aquele que houver cometido crime contra a administração Pública ou a defesa nacional, assim definidas no Código Penal Brasileiro.

SUB-SEÇÃO II

DO CONCURSO

ARTIGO 22: A primeira investidura em cargo de provimento efetivo, dar-se-á, mediante concurso público de provas escritas e, subsidiariamente, das provas práticas ou práticos-orais.

PARÁGRAFO ÚNICO: No Concurso para provimento de cargo de nível universitário haverá, também, prova de título, a critério da Administração Municipal.

ARTIGO 23 : A aprovação em Concurso não cria direito à nomeação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos habilitados, salvo quando ocorrer desistência prévia, por escrito ou não comparecimento do interessado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do respectivo edital de convocação.

§ 1º - Terá preferência para nomeação, em caso de empate na classificação, o candidato já pertencente ao serviço público municipal e, havendo mais de um com este requisito, o mais antigo.

§ 2º - Se ocorrer empate entre candidatos não pertencentes ao serviço público municipal, decidir-se-á em favor do mais idoso.

§ 3º - O tempo de serviço prestado ao município de Selvíria sob qualquer vínculo será contado como título, exceto o serviço prestado como empreiteiro.

ARTIGO 24: Observar-se-á nas realizações dos concursos públi

continua.



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fls.08

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

cos; os princípios estabelecidos neste Estatuto, no regulamento de concurso aprovado por Decreto do Executivo Municipal e as seguintes normas:

I - não se publicará edital para provimento de qualquer cargo, enquanto vigorar o prazo de concurso anterior para o mesmo cargo, havendo candidato aprovado e não convocado para a investidura ;

II- independência de limite de idade à inscrição em concurso, de ocupante de cargo ou função pública municipal;

III- os concursos serão realizados quando a Administração, julgar oportuno, e terão validade de 02 (dois) anos, a contar da publicação da homologação, prorrogável por mais 02 (dois) anos a critério do Poder Executivo Municipal;

VI - os editais de concursos deverão conter as exigências ou condições que possibilitem a comprovação, por parte do candidato, das qualificações dos cargos, e ainda, da validade do concurso e os meios de recursos assegurados aos candidatos, previstos no inciso VII deste artigo.

V- o Edital de abertura das inscrições para o concurso público deverá ser publicado nos meios de comunicação; diário oficial do Estado, no jornal de maior circulação no município ou por afixação no lugar de costume no Paço Municipal; pelo menos 20 (vinte) dias antes de sua realização;

VI - o período entre o início e o encerramento das inscrições não pode ser inferior a 10 (dez) dias.

VII- Aos candidatos serão assegurados meios amplos de recursos nas fases de homologação dos concursos e nomeações de candidatos.

SUB-SEÇÃO I I I

DA POSSE

ARTIGO 25 : Posse é o ato que completa a investidura em cargos públicos, e através do qual o nomeado aceita o cargo e assume o compromisso de bem servir ao município.

continua....



Prefeitura Municipal de Selvíria

09

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

PARÁGRAFO ÚNICO: Não haverá posse nos casos de progressão ascensão, reintegração, transferência e designação para função gratificada.

ARTIGO 26: Somente poderá ser empossado em cargo público que satisfaça os seguintes requisitos:

- I - Ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- II - Ter idade mínima de 18(dezoito) anos e no máximo 55 (cincoenta e cinco) anos de idade;
- III- Estar em gozo dos direitos políticos;
- IV- Estar quitas com as obrigações militares;
- V- Ser julgado apto em exame de sanidade física e mental;
- VI-Habilitar-se previamente em concurso público salvo se tratar de cargo em comissão;
- VII-Atender os requisitos especiais para desempenho do cargo e possuir a habilitação legal exigida.

§ 1º - A prova das condições a que se referem os itens I,II e III deste artigo, será dispensada nos casos de reintegração e reversão do funcionário.

§ 2º - A idade máxima prevista no item II e a habilitação de que trata o item VI, deste artigo, serão dispensadas com relação aos cargos de provimento em comissão ou função gratificada.

§ 3º - As condições previstas no item II e a habilitação de que trata o item VI, deste artigo, serão dispensadas com relação aos servidores admitidos com base na Lei Municipal nº 131/89, inscrita em concurso público, nos termos do artigo 24, II.

ARTIGO 27: No ato da posse, o candidato deverá declarar, por escrito, se é titular de outro cargo ou função pública.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se a hipótese for a de que sobrevenha ou possa sobrevir, acumulação proibida, com a posse esta será sustada, até que, respeitados os prazos do artigo 32, deste Estatuto, se comprove inexistir aquela.

ARTIGO 28: São competentes para dar posse:

- I - O Prefeito Municipal, aos chefes dos órgãos que lhe

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls. 10

for diretamente subordinados;

II- A chefia do órgão de Administração de Pessoal da Prefeitura, aos funcionários em geral.

ARTIGO 29 : Do termo de posse constará o compromisso de fiel cumprimento dos deveres e das atribuições do cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO: O funcionário declarará, para que figurem obrigatoriamente no termo de posse os bens e valores que constituem seu patrimônio na data da posse.

ARTIGO 30: Poderá haver posse mediante procuração por instrumento público em casos e critérios do Prefeito Municipal, a ser estabelecido por ocasião da expedição do Edital de convocação dos aprovados.

ARTIGO 31: Cumpre à autoridade que der posse, verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitos os requisitos legais para a investidura.

ARTIGO 32: A posse deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, cotados da Publicação do ato de nomeação, no órgão de imprensa oficial ou na falta deste, por edital afixado na Prefeitura Municipal.

§ 1º - Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração Municipal, por mais até 30 (trinta) dias, desde que o interessado o requerer, justificadamente, antes do término do prazo fixado no caput deste artigo.

§ 2º - Se a posse não ocorrer dentro do prazo previsto, o ato de nomeação ficará automaticamente sem efeito.

§ 3º - O candidato que por ocasião da publicação do ato de provimento estiver incorporado às Forças Armadas, para prestação de Serviço Militar, de natureza obrigatória, será empossado a contar da data de seu desligamento das Forças Armadas. Os aprovados em curso que antes da posse diplomados para o exercício de mandato eletivo, salvo em caso de acumulação legal, terão o prazo da posse contado à partir da data do término do mandato.

SUB- SEÇÃO IV

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.11

DA GARANTIA

ARTIGO 33: O funcionário nomeado para cargo cujo exercício exija prestação de garantia, ficará sujeito ao desconto compulsório, nos respectivos vencimentos, da parcela correspondente ao valor do prêmio de seguro de fidelidade funcional que deverá ser ajustado com entidade autorizada, à escolha da Administração Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Prefeito Municipal discriminará, por ato próprio, os cargos sujeitos à prestação de garantia, se for o caso e julgado conveniente ao interesse da administração.

SUB-SEÇÃO V

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

ARTIGO 34: Estágio Probatório é o período inicial de 730 (sete centos e trinta) dias, de efetivo exercício, do funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo.

§ 1º - No período de estágio, apurar-se-ão os seguintes requisitos:

- I - idoneidade moral;
- II- disciplina;
- III- pontualidade
- IV- assiduidade;
- V- eficiência.

§ 2º - A chefia imediata do funcionário em estágio probatório no prazo de noventa (90) dias antes do término deste, informará reservadamente, ao órgão de Administração de Pessoal da Prefeitura Municipal, com relação ao preenchimento dos requisitos dos itens I e V, do § 1º, deste artigo.

§ 3º - Caberá ao órgão de Administração de Pessoal, efetuar no prazo previsto no parágrafo anterior, a apuração dos requisitos enumerados nos itens II, III e IV dos § 1º, deste artigo.

§ 4º - À vista das informações e apurações mencionadas o órgão competente emitirá parecer escrito, ao Prefeito, concluindo a favor ou contra a confirmação do estagiário.

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.12

§ 5º - Desse parecer, se contrário à confirmação, dar-se-á vista ao estagiário para efeito de apresentação de defesa escrita no prazo de dez dias.

§ 6º - Julgando o parecer e a defesa, o Prefeito Municipal decretará a exoneração do funcionário, se concluir por ela ou confirmará, se a sua decisão for favorável à permanência do mesmo

§ 7º - Se o parecer a que se refere o § 4º, deste artigo, for favorável à permanência do funcionário fica automaticamente ratificado o ato de nomeação.

§ 8º - A apuração dos requisitos de que trata o § 1º, deste artigo, deverá processar-se de modo que, a exoneração do funcionário, quando for o caso, possa ser oficializada antes de fim do período do estágio probatório.

§ 9º - A chefia que deixar de prestar as informações previstas no § 2º deste artigo, no prazo estabelecido, cometerá infração disciplinar, ficando sujeito à penalidade prevista no § VI artigo 179, deste Estatuto.

ARTIGO 35 : Ficar dispensado de novo estágio probatório, o funcionário que, tendo adquirido estabilidade, for nomeado para outro cargo público municipal.

SUB -SEÇÃO VI

DO EXERCÍCIO

ARTIGO 36: Exercício é o período de desempenho efetivo das atribuições de determinado cargo, no qual, o início, a interrupção e o reinício da atividade, serão registradas nas fichas de assentamento individual do funcionário.

PARÁGRAFO ÚNICO: O início do exercício e as alterações que neste ocorrerem, serão comunicadas pela Chefia imediata do funcionário, ao órgão de Administração de Pessoal da Prefeitura Municipal.

ARTIGO 37- À Chefia do órgão para onde for designado o funcionário, compete dar-lhe exercício.

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls-13

ARTIGO 38 : O exercício do cargo terá início do prazo máximo de 30 (trinta) dias , contados:

I- na data da publicação oficial do ato no caso de reintegração;

II- na data da posse, nos demais casos, sujeitos a esta formalidade.

§ 1º - O funcionário que não entrar em exercício no prazo fixado neste artigo, será exonerado do cargo, ficando sua chefia imediata, incumbida de comunicar o fato ao órgão de administração de Pessoal da Prefeitura.

§ 2º- A progressão, e ascensão funcional não interrompem o exercício, que é contado na nova referência e classe, à partir da data da publicação do ato respectivo.

§ 3º- O funcionário quando licenciado ou afastado em virtude do disposto nos itens I,II,III do artigo 73, deste Estatuto, deverá entrar em exercício imediatamente após o término da licença de afastamento.

ARTIGO 39 - O funcionário somente poderá ter exercício no órgão em que for designada sua lotação.

§ 1º - O afastamento do funcionário de seu órgão de origem, para ter exercício em outro, somente se verificará mediante prévia autorização do Prefeito, para fim determinado e prazo certo, quando for o caso.

§ 2º - Atendida sempre a conveniência do serviço, o Prefeito poderá alterar a lotação do funcionário, ex-offício ou a pedido.

§ 3º - A inobservância do disposto neste artigo acarretará sanções para o funcionário e a chefia responsável.

ARTIGO 40: O funcionário não poderá ausentar-se do município para estudo ou missão de qualquer natureza com ou sem vencimento sem prévia autorização ou designação do Prefeito.

ARTIGO 41: O funcionário designado para estudo ou aperfeiçoamento fora do município, com ônus para os cofres municipais, ficará obrigado a prestar serviços ao Município por período equi-

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls. 14

valente , no mínimo, ao tempo do afastamento, devendo ser previamente assinado termo de compromisso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não cumprida esta obrigação, será o município indenizado a quantia total dispendida com a viagem, incluídos o vencimento e as vantagens recebidas pelo funcionário, corrigido monetariamente.

ARTIGO 42: Nenhum funcionário será colocado à disposição de qualquer órgão da União, dos Estados, ou de outros municípios e de suas Entidades Autárquicas ou de Economia Mista com ou sem vencimentos ou vantagens do cargo, sem a autorização expressa do Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O funcionário ocupante de cargo efetivo, não poderá permanecer à disposição de outro órgão, por mais de 04 (quatro) anos consecutivos, nem ser requisitado novamente antes de decorridos 04 (quatro) anos, da data do regresso, ressalvadas a situação dos ocupantes de cargo em comissão em outras esferas de governo.

ARTIGO 43 : O número de dias que o funcionário esteve a disposição de outras esferas de governo, nos termos do parágrafo único do artigo 42, deste Estatuto será considerado para todos os efeitos como de efetivo exercício.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para reassumir o cargo de origem, poderá ser concedido ao funcionário enquadrado nas disposições do artigo 42 e 43, deste Estatuto, um prazo não excedente de 07 (sete) dias para efeito de viagem de retorno, contados da data de sua desvinculação com o órgão requisitante.

ARTIGO 44 : Preso preventivamente, ou em flagrante , o funcionário será afastado do exercício de cargo, até decisão judicial transitada em julgamento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se condenado por crime inafiançável , o funcionário será exonerado e colocado à disposição da justiça.

SUB- SEÇÃO VII
DA SUBSTITUIÇÃO

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL fls.015

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

ARTIGO 45: A substituição é o cometimento a ocupante de cargo ou função pública municipal, de atribuições que compete a outros ausentes temporariamente e poderá ocorrer por subordinação ou mediante ato do Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso especial, atendida a conveniência da administração, o titular de cargo ou função de direção e chefia, poderá ser designado, cumulativamente, como substituto, para outros cargos ou funções da mesma natureza, até que se verifique a nomeação ou retorno dos titulares respectivos.

ARTIGO 46: São motivos para ocorrer substituição:

- I - Férias
- II - Licença de 04 (quatro) meses para mulher gestante;
- III - Licença para tratar de assunto particular por mais de 30 (trinta) dias;
- IV - Licença para o serviço militar obrigatório;
- V - As licenças previstas nos artigos 99, 108 e 220 deste estatuto;
- VI - Licença para tratamento de saúde ou por motivo de acidente, igual ou superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º - O substituto poderá optar pelos vencimentos e vantagens de cargo, se a substituição for igual ou superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º - A ressunção ou vacância do cargo, faz cessar de pronto, os efeitos da substituição.

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

ARTIGO 47: Progressão Funcional é a movimentação do funcionário ocupante do cargo efetivo, da referência, em que se encontra para referência de nível mais elevado, dentro da mesma classe, pelo critério de antiguidade e avaliação funcional.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso a progressão não se possa realizar por inexistir funcionário que preencha os requisitos exigidos, poderá a vaga, a critério da Administração, ser provida por concur-

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

Fls. 16

so público.

ARTIGO 48: O funcionário, para concorrer à progressão, deverá satisfazer aos requisitos e habilitação, legal exigida para o desempenho das atribuições da vaga pleiteada.

ARTIGO 49: O funcionário promovido reiniciará a contagem de tempo na referência superior, para efeito de nova promoção.

PARÁGRAFO ÚNICO: É de 730 (setecentos e trinta) dias de efeito exercício na referência, o interstício mínimo para concorrer a nova progressão.

ARTIGO 50: O prefeito Municipal, constituirá uma comissão de avaliação Funcional, que se reunirá no mês de janeiro de cada ano, para preparar as listas de promoção, sempre que houver vagas que desta forma possam ser providas.

§ 1º - A Comissão de Avaliação Funcional, organizará para cada classe, lista de funcionários habilitados à progressão, por ordem de classificação obtida, em provas, se forem aplicadas e no Boletim de Avaliação a que se referem o § 1º e 2º do artigo 54, deste Estatuto.

§ 2º - Divulgada a lista de que trata o parágrafo anterior, o funcionário que se julgar prejudicado, poderá recorrer ao Prefeito, dentro do prazo de 05 (cinco) dias.

§ 3º - A lista de que trata o § 1º deste artigo terá validade por 01 (um) ano, contados de sua divulgação oficial.

ARTIGO 51: A concessão de progressão dependerá sempre da existência de vaga, que desta forma possa ser provida e obedecerá rigorosamente, à origem de classificação.

§ 1º - Existindo vaga possível de provimento por progressão, o Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias efetuará o provimento, caso exista funcionários habilitado.

§ 2º - Quando for efetuada no prazo referido no parágrafo anterior, a progressão produzirá seus efeitos a partir do 1º (primeiro) dias após seu término.

§ 3º - Para todos efeitos, será considerado promovido o funcionário que vier a falecer, sem que tenha sido concedida,

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.17

no prazo legal, a progressão que lhe cabia.

ARTIGO 52: Declarada sem efeito a progressão, será expedido novo ato em benefício a quem de direito.

§ 1º - O funcionário, que tenha sua progressão concedida indevidamente, não ficará obrigado a restituir o que em decorrência houver recebido, salvo se ficar provada utilização de meios fraudulentos para a sua obtenção.

§ 2º - O funcionário, a quem cabia a progressão, será indenizado da diferença dos vencimentos a que tiver direito.

ARTIGO 53: O funcionário que tiver sido suspenso, não concorrerá à progressão dentro de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados do término do cumprimento da penalidade.

ARTIGO 54: Para concorrer a progressão, deverá o funcionário comprovar a capacidade funcional para exercício das atribuições da referência à qual concorrer e ainda, obter número de pontos no Boletim de Avaliação, na forma a ser estabelecida pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º - A comprovação da capacidade funcional far-se-á através de provas de conhecimentos ou práticas.

§ 2º - O Boletim de Avaliação apurará, unicamente:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - elogios

IV - punições

V - cargos de treinamentos compatíveis com as atribuições da classe que estiver ocupando, e outros de natureza similar

§ 3º - As provas terão peso 03 (três) e o Boletim 02 (dois).

§ 4º - Não será classificado para progressão o funcionário que não obtiver, em cada uma das provas, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor total de pontos a elas atribuídos.

ARTIGO 55: Ocorrendo empate na classificação para progressão terá preferência, sucessivamente, aquele que obtiver número de pontos nas provas e o mais idoso.

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls. 18

SEÇÃO III

DA ASCENÇÃO

ARTIGO 56: Ascensão é a passagem, por habilitação e merecimento do ocupante de cargo efetivo, à classe de nível mais elevado, dentro da mesma categoria funcional.

§ 1º - Serão aplicadas aos casos de provimento por ascensão funcional, no que couber, as regras e condições constantes da Seção II, deste Capítulo.

§ 2º - Não concorrerá à ascensão funcional, o funcionário investido em mandato eletivo, aplicando-se neste caso, apenas a progressão por antiguidade, observado o disposto no inciso IX, Artigo 73, deste Estatuto.

Seção IV

DA TRANSFERENCIA

ARTIGO 57: Transferência é a passagem de ocupante do cargo de uma categoria funcional para o cargo de maior graduação de uma outra categoria funcional.

§ 1º - A transferência dependerá da satisfação cumulativa dos seguintes requisitos:

- I - Existência de vaga
- II - Não existir candidato habilitado à ascensão funcional para a vaga ou cargo não estar em linha definida para ascensão;
- III - Permanência mínima de 02(dois) anos no cargo anterior;
- IV - Habilitação legal e/ou qualificação funcional exigida para o cargo;
- V - Aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos, a critério da Administração Municipal se for o caso.

§ 2º - Por ato do Prefeito, quando julgado conveniente pela Administração, poderá o interstício a que se refere o inciso III, do § 1º, ser reduzido em até 50% (cinquenta por cento).

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.19

SEÇÃO V

DA REINTEGRAÇÃO

Artigo 58: A reintegração é o reingresso no serviço Público Municipal, do funcionário exonerado, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

§ 1º - A reintegração decorrerá sempre de decisão, administrativa ou judiciária transitada em julgado.

§ 2º - A decisão administrativa que determinar a reintegração do funcionário, será sempre proferida em recursos voluntários do interessado, interposto tempestivamente.

ARTIGO 59 : A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado, e se este houver sido transformado, no cargo resultante da transformação, e, se extinto, em cargo de vencimento equivalente, respeitada a habilitação profissional do funcionário reintegrado.

ARTIGO 60: Reintegrado o Funcionário, quem lhe houver ocupado o lugar será exonerado, ou se ocupava outro cargo, a este será reconduzido, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou colocado em disponibilidade.

ARTIGO 61: O funcionário reintegrado será submetido a inspeção médica e aposentado quando considerado incapaz para o serviço público municipal.

SEÇÃO VI

DO APROVEITAMENTO

ARTIGO 62 : Aproveitamento é o reingresso no serviço público de funcionário em disponibilidade, em cargo igual ou equivalente, quanto a natureza e remuneração, ao anteriormente ocupado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O aproveitamento do funcionário será obrigatório, nas seguintes condições:

I - quando for restabelecido o cargo de cuja extinção



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls- 20

decorreu a disponibilidade;

II - não conte o funcionário, tempo de serviço de inatividade de suficientes para a aposentadoria voluntária computados em conjuntos

III - seja o funcionário julgado de interesse do serviço, a juízo da Administração Municipal.

ARTIGO 63: Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de mais tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de mais tempo de serviço público municipal.

ARTIGO 64: Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o funcionário não tomar posse no prazo legal, salvo caso de doença comprovada em inspeção médica.

PARÁGRAFO ÚNICO: Provada a incapacidade definitiva em inspeção médica, será o funcionário aposentado.

SEÇÃO VII

DA REVERSÃO

ARTIGO 65: Reversão é o reingresso no serviço público, do funcionário aposentado, quando insubsistente os motivos de aposentadoria.

§ 1º - Para que a reversão se efetiva, é necessário que o aposentado:

I - não haja completado 70 (setenta) anos de idade;
II - não conte mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço público, se do sexo masculino, ou 30 (trinta) anos do sexo feminino, incluído o tempo de inatividade;

III - seja julgado apto em inspeção médica;

IV - tenha seu reingresso julgado de interesse do serviço a juízo da Administração.

§ 2º - No caso de funcionário do magistério municipal, os limites estabelecidos no item II, do parágrafo anterior, serão de 30 (trinta) anos para os de sexo masculino e 25 (vinte e cinco) anos para os de sexo feminino.

ARTIGO 66: A reversão far-se-á no cargo em que se deu a aposentadoria, ou naquele que tiver sido transformado ou ainda, em cargo de natureza similar, nos casos de extinção.

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.21

ARTIGO 67: A reversão far-se-á a pedido ou "ex-offício".

Parágrafo Único: A reversão "ex officio", não poderá dar-se em classe e referência de vencimento inferior ao provento da inatividade.

S E Ç Ã O VIII

DA READAPTAÇÃO

ARTIGO 68: Readaptação é a investidura do funcionário efetivo em cargo de atribuições mais compatíveis com a sua capacidade física e mental.

§ 1º - A readaptação será feita a pedido ou "ex-offício", precedida de inspeção médica.

§ 2º - A readaptação não acarretará aumento nem descenso de vencimento do funcionário.

C A P Í T U L O II

DA VACÂNCIA

ARTIGO 69: A vacância do cargo decorrerá de:

- I - exoneração do cargo decorrerá de:
- II - demissão
- III - progressão funcional
- IV - ascensão funcional
- V - transferência
- VI - aposentadoria
- VII - falecimento

ARTIGO 70: Dar-se-á a exoneração:

- I - a pedido
- II - "ex-offício":
 - a) - quando se tratar de provimento comissão.
 - b) - quando não satisfeitas as condições de estágio probatório;
 - c) - no caso do § 1º, do artigo 38, deste Estatuto.

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls. 22

d) - no caso do parágrafo único, do artigo 44 deste Estatuto.

ARTIGO 71: A vaga ocorrerá na data:

- I - do falecimento
- II - imediato àquela em que o funcionário completar 70 (setenta) anos de idade;
- III - da publicação:
 - a) - da Lei que criar o cargo e conceder dotação para o seu provimento, ou da que determinar esta última medida, se o cargo já estiver criado;
 - b) - do ato que promover, aposentar, exonerar, demitir transferir ou conceder ascensão funcional.

TÍTULO IV

DOS DIREITOS E VANTAGENS

C A P Í T U L O I

DO TEMPO DE SERVIÇO

ARTIGO 72 : A apuração do tempo de serviço far-se-á em dias:

§ 1º - O número de dias será convertido em anos, considerado o ano, como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§ 2º - Operada a conversão, os dias restantes, até 182 (cento e oitenta e dois) dias não serão computados arredondando-se um ano quando excederem a este número, nos casos de cálculos para efeito de aposentadoria.

ARTIGO 73: Será considerado como de efetivo exercício, o afastamento em virtude de:

- I - férias à qualquer título;
- II - casamento, até seis(06) dias, contados da realização do ato;
- III - luto pelo falecimento do pai, mãe, cônjuge, filho ou irmão, até 06(seis) dias a contar do falecimento;

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls. 23

- IV - licença para tratamento de saúde por acidente em serviço ou doença;
- V - faltas abonadas pela chefia imediatamente superior a 01 (hum) dia por mês para tratamento de assunto de natureza particular de funcionário, ressalvado o interesse público;
- VI - licença para repouso de gestante;
- VII - convocação para o serviço militar, inclusive o de preparação de oficiais da reserva;
- VIII - juri e outros serviços obrigatórios por Lei;
- IX - desempenho do mandato eletivo Federal, Estadual e Municipal;
- X - missão ou estudo quando o afastamento houver sido autorizado pelo Prefeito;
- XI - exercício de cargo de provimento em comissão, em órgão da união, dos Estados e Municípios, inclusive suas autarquias, sociedade de economia mista, em presas públicas e fundações;
- XII - licença por motivo de doença em pessoa da família pelo tempo que a mesma for remunerada;
- XIII - o tempo em que o funcionário esteve em disponibilidade;
- XIV - o afastamento para candidatura a cargo eletivo;
- XV - expressa determinação legal, em outros casos.

ARTIGO 74: Para efeito de aposentadoria e disponibilidade computar-se-á:

- I - o tempo de serviço público Federal, Estadual, Municipal e da iniciativa privada, rural e urbana integralmente;
 - II - o período de serviço ativo nas forças armadas;
 - III - o tempo de serviço prestado sob qualquer forma de admissão, desde que remunerados pelos cofres público do município de Selvíria, exceto como empreiteiro;
 - IV - o tempo de serviço prestado a empresas privadas, des
- cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls- 24

de que não seja simultâneo com o municipal.

§ 1º - o tempo de serviço não prestado ao município somente será computado, à vista de anotações na carteira profissional do funcionário ou de apresentação de certidão fornecida pelo órgão de origem competente.

§ 2º - a contagem recíproca de tempo de serviço na atividade privada, rural e urbana será computado para efeito de aposentadoria, obedecidos os seguintes requisitos:

- a) - não é admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais, exceto de licença-prêmio e férias não gozadas ou convertidas em dinheiro pagas pelo município de Selvíria;
- b) - é vedada a contagem recíproca de tempo de serviço público, com o de atividade privada, quando simultâneo
- c) - não é contado por um sistema, o tempo de serviço que já serviu de base para concessão de aposentadoria pelo outro;
- d) - é vedada a soma de tempo de serviço simultaneamente prestado em cargo do município com cargos ou funções da União, Estado, Território, outros municípios ou de suas autarquias;
- e) - a partir da investidura no cargo efetivo ou em comissão o funcionário tem 06 (seis) meses de prazo para apresentar a comprovação do tempo de serviço não prestado ao Município, previsto no § 1º, deste artigo para fim de averbação;
- f) - em atenção ao requerimento do funcionário o Prefeito Municipal procederá a averbação do tempo de serviço através de portaria.

CAPÍTULO II

DA ESTABILIDADE

ARTIGO 75: O funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo, nomeado em decorrência de aprovação em concurso público, adquirirá cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.25

estabilidade depois de 02 (dois) anos de efetivo exercício em cargo ou função do município.

§ 1º - Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade como funcionário, se não for aprovado e classificado em concurso público, aplicada pelo município, ressalvadas as disposições legais em contrário;

§ 2º - A decisão do funcionário, durante o período probatório para o exercício de cargo em comissão não interrompe o estágio para efeitos de estabilidade e efetivação;

§ 3º - A estabilidade diz respeito à permanência no serviço público municipal e não no cargo.

ARTIGO 76: O funcionário perderá o cargo, quando estável, no caso de sua extinção, ressalvadas, a hipótese de aproveitamento; quando for o caso demitido em virtude de sentença judicial ou mediante processo disciplinar ou administrativo em que lhe tenha assegurado ampla defesa .

ARTIGO 77: O funcionário em estágio probatório, somente será exonerado do cargo, após a observância do disposto no artigo 34 deste estatuto, ou demitido mediante processo disciplinar, quando este se impuser antes de concluído estágio.

CAPÍTULO III

DAS FÉRIAS

ARTIGO 78: o funcionário gozará, obrigatoriamente, de trinta (30) dias consecutivos de férias remuneradas por ano civil, concedidas de acordo com a escala organizada pela chefia da repartição ou órgão onde esteja lotado.

§ 1º - Somente depois de 12 (doze) meses de efetivo exercício o funcionário adquirirá direito à férias.

continua...



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.26

§ 2º - Durante as férias, o funcionário terá direito ao vencimento, ao abono-familiar, ao adicional por tempo de serviço e demais vantagens que percebia no momento em que passou a fruí-las acrescido de um abono de 50% (cinquenta por cento).

§ 3º - Será permitida a conversão de férias em dinheiro, até o limite de 1/3 (um terço), mediante requerimento expresso do interessado, vedada qualquer outra hipótese de conversão em dinheiro, exceto para os ocupantes de cargo em comissão.

§ 4º - As férias serão concedidas ao funcionário em atenção ao requerimento do mesmo devidamente autorizado pela chefia imediata e sempre à partir do 1º (primeiro) dia útil do mês.

§ 5º - A pessoa estranha ao serviço público quando nomeada para o exercício de cargo em comissão tem direito a férias remunerada e poderá recebê-la convertida em dinheiro.

ARTIGO 79: É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de dois períodos, atestada a necessidade, de ofício, pela chefia do órgão em que servir o funcionário.

ARTIGO 80: O funcionário em gozo de férias não poderá interrompê-las por motivo de progressão ou ascensão funcional.

PARÁGRAFO ÚNICO: O funcionário em gozo de férias, deverá comunicar à sua chefia imediata, seu endereço eventual.

ARTIGO 81- Perderá o direito às férias o funcionário que no período aquisitivo:

I - houver gozado por prazo superior a 30 (trinta) dias de licença para tratar de interesse particular;

II - deixar de trabalhar, com percepção de vencimentos por mais de 30 (trinta) dias, por motivo de rescasso paralização das atividades no órgão onde estiver lotado ou por motivo de disponibilidade; exceto pelo motivo previsto no artigo 220 deste Estatuto.

III - Tiver ficado afastado do serviço, com percepção de vencimento por motivo de doença, acidente de trabalho, por mais de 06 (seis) meses ou pelos motivos previstos no artigo 99 deste Estatuto

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.27

ARTIGO 82: Ocorrendo o previsto no artigo anterior, à partir do retorno do funcionário ao serviço, iniciará um novo período aquisitivo para efeito de férias.

C A P Í T U L O I V

DA LICENÇA -PRÊMIO

ARTIGO 83 : Após cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício, ininterrupto no serviço público municipal, ao funcionário que requer conceder-se-à licença prêmio de 03 (três) meses, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo ou em comissão.

§ 1º - Para computo do quinquênio de efetivo exercício será considerado o tempo de serviço prestado ao município, sob qualquer forma, exceto como empreiteiro.

§ 2º - Os direitos e as vantagens serão as do cargo em comissão, quando o comissionamento abranger 05 (cinco) anos ininterruptos, no mesmo cargo, ou outro equivalente compreendido no mesmo grupo.

§ 3º - Não será concedida licença-prêmio, se houver o funcionário em cada quinquênio:

I - sofrido pena de suspensão por mais de 03 (três) dias;

II - faltado ao serviço, injustificadamente, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos ou não;

III - gozado de licença;

a)- para tratamento de saúde, por prazo superior a 60 (sessenta dias) consecutivos ou não;

b) - por motivo de doença em pessoa da família por mais de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos ou não;

c) - para tratamento de interesse particular por prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou não;

d) - por motivo de afastamento de conjuge, quando funcionário Federal, Estadual, Civil ou militar, na forma do artigo

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fls. 28

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

108, deste Estatuto, por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos ou não.

§ 4º - A licença-prêmio poderá ser gozada em até dois períodos, mediante requerimento expresso do funcionário.

ARTIGO 84: O direito a licença-prêmio não tem prazo para ser gozada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Computar-se-á em dobro, para efeito de aposentadoria, a licença-prêmio não gozada.

CAPÍTULO V

DAS LICENÇAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 85: Conceder-se-á licença:

- I - para tratamento de saúde;
- II - por motivo de doença em pessoa da família;
- III - para repouso à gestante;
- IV - para serviço militar obrigatório, na forma da Legislação específica;
- V - para trato de interesses particulares;

ARTIGO 86: Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediata-mente o exercício, ressalvado o previsto no artigo 87.

ARTIGO 87: A licença poderá ser prorrogada "ex-offício" ou a pedido.

PARÁGRAFO ÚNICO: O pedido de prorrogação de licença deve-rá ser apresentada antes de findo o prazo da mesma; se indeferido , contar-se-á como licença o período compreendido entre a data de tér-mino e o do conhecimento oficial do despacho.

ARTIGO 88: A licença concedida dentro de 30 (trinta) dias, contados' do término da anterior, será considerada prorrogação desta.

ARTIGO 89: A competência para a concessão de licença será do Prefei-to Municipal ou de outra autoridade definida em regulamento ou no regime interno da Prefeitura, se for o caso.

ARTIGO 90: O funcionário em gozo de licença comunicará à sua chefia'

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls-29

imediate, o local onde poderá ser encontrado.

ARTIGO 91: O funcionário não poderá permanecer em licença por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo no caso do inciso IV do artigo 85, II do artigo 98 e artigo 108, deste estatuto.

SEÇÃO II

DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ARTIGO 92: A licença depende de inspeção médica, e será cedida pelo prazo indicado no laudo; findo o prazo haverá inspeção, devendo o laudo médico concluir pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pelo aposentadoria do funcionário quando for o caso, caracterizando minuciosamente o fato, quando desta última hipótese.

PARÁGRAFO ÚNICO: Após 120 (cento e vinte) dias de afastamento por motivo de saúde, as perícias médicas serão feitas a cada 60 (sessenta) dias através de junta médica.

ARTIGO 93: A licença para tratamento de saúde será concedida a pedido ou a "ex-offício".

PARÁGRAFO ÚNICO: Em ambos os casos é indispensável a inspeção médica, que deverá realizar-se sempre que necessário, na residência do funcionário, e usualmente em local apropriado.

ARTIGO 94: No curso da licença, o funcionário abster-se-á de exercer qualquer atividade, remunerada ou gratuita, sob pena de cassação imediata da licença, com perda total do vencimento correspondente ao período já gozado e suspensão disciplinar.

ARTIGO 95 : No curso da licença, o funcionário poderá ser examinado, a requerimento ou "ex-offício", ficando obrigado a reassumir imediatamente seu cargo se for considerado apto para o trabalho, sob pena de se apurarem como faltas os dias de ausência.

ARTIGO 96: Expirado o prazo do artigo 91, deste Estatuto, o funcionário será submetido a nova inspeção médica e aposentado, se for julgado inválido para o serviço público municipal.

ARTIGO 97: O funcionário que se recusar a submeter-se à inspeção médica será punido com pena de suspensão, que cessará tão logo se

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls- 30

verifique a inspeção determinada.

PARÁGRAFO ÚNICO: É de 12 (doze) meses o período de 'carença de tempo de serviço considerando o princípio da reciprocidade, para que o funcionário tenha direito de receber licença médica superior a 15 (quinze) dias.

ARTIGO 98 : Será com vencimento integral a licença concedida ao funcionário:

I - para tratamento de saúde, superior a 15 (quinze) dias após 12 (doze) meses de exercício funcional no cargo ou função, res salvados os casos previsto no artigo 33 do RGPS (Regulamento Geral de Previdência Social) que independem do período de carência para a concessão de auxílio doença.

II - por acidente em serviço, ou em razão de doença contraída no exercício da função.

PARÁGRAFO ÚNICO: A licença a que se refere o item II , deste artigo, será concedida se a inspeção médica não concluir pela necessidade imediata da aposentadoria do funcionário.

S E Ç Ã O III

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

ARTIGO 99: O funcionário poderá obter licença por motivo de doença em pessoa da família, cujo nome conste de seu assentamento funcional, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal ' e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do ' cargo ou função.

§ 1º - Provar-se-á a doença mediante inspeção médica e acompanhamento social;

§ 2º - A licença será concedida com os vencimentos integrais; por período de até 90 (noventa) dias;

§ 3º - Sem vencimentos a partir de 90 (noventa) dias.

§ 4º - Outra licença remunerada só será concedida após ' 12 (doze) meses do término da anterior;

§ 5º - Sem vencimento, com contagem de tempo de serviço

continua.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fls- 31

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

à partir de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA À GESTANTE

ARTIGO 100: à funcionária gestante, serão assegurados 04 (quatro) meses de licença, mediante inspeção médica, com vencimentos integrais e demais vantagens do cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A licença poderá ser concedida a partir do oitavo mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.

ARTIGO 101- Se a criança nascer prematuramente, antes de concedida a licença, o início desta se contará a partir da data do parto.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de aborto legal justificado, comprovado por inspeção médica, será concedida licença para repouso, à funcionária, por 15 (quinze) dias, salvo os casos em que a inspeção decidir por maior prazo.

SEÇÃO V

DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

ARTIGO 102: Ao funcionário convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional, será concedida licença com vencimentos.

§1º - A licença será concedida à vista do documento oficial que comprove a incorporação ou convocação.

§2º - Do vencimento será descontada a importância que o funcionário perceber na qualidade de incorporado, salvo se houver optado pelas vantagens do serviço militar, o que implicará na perda do vencimento.

§3º - Ao funcionário desincorporado, conceder-se-á prazo não excedente a 30 (trinta) dias, para reassumir o exercício, sem perda de vencimentos.

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls- 32

ARTIGO 103: Ao funcionário oficial da reserva, será concedida licença com vencimento integral, durante os estágios, previstos pelo regulamento militar, desde que estes não sejam remunerados.

SEÇÃO VI

DA LICENÇA PARA O TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

ARTIGO 104: O funcionário efetivo poderá obter licença, sem vencimentos, para o trato de interesses particulares, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, desde que conte com igual período de estável exercício.

§ 1º - o requerente aguardará, em exercício, a concessão de licença, sob pena de demissão por abandono do cargo.

§ 2º - Poderá ser negada a licença, quando inconveniente ao interesse do serviço.

ARTIGO 105: Somente poderá ser concedida nova licença, para o trato de interesses particulares a que se refere o artigo 104, depois de decorridos 02 (dois) anos do término da anterior.

ARTIGO 106: O funcionário poderá, a qualquer tempo desistir da licença.

ARTIGO 107: Quando o interesse do serviço o exigir, a licença poderá ser cassada, a juízo do Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Cassada a licença, o funcionário terá até 30 (trinta) dias para reassumir o exercício, após a publicação do ato da cassação.

ARTIGO 108: A funcionária ou funcionário estável, cujo cônjuge for funcionário Federal ou Estadual, Civil, ou Militar e tiver sido mandado servir "ex-offício", em outro ponto de território nacional ou estrangeiro, terá direito a licença sem vencimento.

§ 1º - A licença será concedida mediante pedido, devidamente instruído com a certidão da designação superior.

§ 2º - Aplica-se o disposto neste artigo, quando qualquer dos cônjuges receber mandato eletivo fora do município.

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls. 33

ARTIGO 109: Ao funcionário ocupante de cargo em comissão, não se concederá, nessa qualidade, a licença para o trato de interesses particulares.

CAPÍTULO VI

DOS VENCIMENTOS E DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 110: Além dos vencimentos, o funcionário dependendo o cargo que ocupar e de haver preenchido as condições para sua percepção fará jus às seguintes vantagens:

- I - ajuda de custos;
- II - diárias;
- III - Auxílio para diferença de caixa
- IV - abono familiar
- V - adicional por tempo de serviço
- VI - auxílio-doença
- VII - gratificações
- VIII- auxílio natalidade
- IX - incentivo financeiro
- X - abono de férias
- XI - verba de representação
- XII - adicional de nível
- XIII- adicional de insalubridade.

ARTIGO 111: É permitida a consignação na folha de pagamento do funcionário, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da remuneração mensal.

PARÁGRAFO ÚNICO: o limite de que trata este artigo, poderá ser elevado para 60% (sessenta por cento), nos casos de pensão alimentícia ou aquisição de casa própria.

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls. 34

ARTIGO 112: A consignação em folha poderá servir à garantia de:

I - quantias devida à Fazenda Pública e Instituto da Previdência;

II- contribuição para montepio, pensão ou aposentadoria desde que sejam em favor de instituições oficiais;

III- cota para esposa ou filhos, em cumprimento de decisão judicial;

IV - contribuição para aquisição de casa própria por intermédio de Institutos da Previdência e Assistência Social, Caixa Econômicas e demais órgãos integrantes do sistema Financeiro da Habitação.

Seção II

DO VENCIMENTO

ARTIGO 113: Vencimento é a retribuição pecuniária ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo e correspondente ao padrão fixado por Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os funcionários do município de Selvíria terão seus vencimentos fixados com base nos seguintes princípios;

I - Isonomia

II- irredutibilidade de vencimentos

III-igualdade de vencimentos entre o pessoal pessoal do executivo e Legislativo para cargos de atribuições iguais ou assemelhados.

IV- o pagamento será realizado até o 5º dia útil do mês seguinte.

V- jornada de trabalho de 44 horas por semana.

ARTIGO 114: Ressalvadas as disposições legais em contrário, o funcionário perderá o vencimento do cargo efetivo;

I - quando no exercício de cargo em comissão, salvo o direito de opção e acumulação;

II- quando no exercício de mandato eletivo remunerado salvo o disposto na Constituição Federal;

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls.35

III- quando designado para servir em qualquer órgão da União dos Estados, de outros municípios e de suas autarquias, Entidades de economia Mista, Empresas Públicas ou Fundações, sem ônus para a origem, ressalvadas as exceções previstas em Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso dos itens II e III deste Artigo, o funcionário perderá também as vantagens pecuniárias exceto o abono-familiar e o adicional por tempo de serviço.

ARTIGO 115: O funcionário perderá:

I- o vencimento do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo legal;

II- 1/3 (um terço) do vencimento do dia, quando comparecer ao serviço dentro de hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar dentro da última hora do expediente sem a justificativa pertinente, à sua chefia imediata.

III- 1/3 (um terço) do vencimento, durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva ou prisão preventiva, prisão Administrativa, prisão em flagrante, com direito à diferença, se absolvido;

IV- 2/2 (dois terços) do vencimento, durante o período de afastamento em virtude da condenação, por sentença definitiva de pena que não determina sua demissão;

V- os vencimentos totais, durante o afastamento por motivo de suspensão ou prisão preventiva, decretada em caso de alcance ou malversação de dinheiros públicos.

§ 1º - nenhum desconto se fará nos vencimentos, quando a soma dos atrasos e saídas antecipadas não exceder a 90 (noventa) minutos ao mês.

§ 2º - O comparecimento depois da primeira hora do expediente e a retirada antes da última, no mesmo dia, serão computado como falta, para todos os efeitos legais.

ARTIGO 116: Serão relevadas até 02 (duas) faltas durante o mês, motivados por doenças comprovadas mediante atestado médico, ou justificação aceita pela chefia imediata do funcionário.

PARÁGRAFO ÚNICO: A chefia imediata do funcionário poderá

cont.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AV. BRASÍLIA, 997 - CEP 79.630

36

justificar-lhe as faltas até o limite de 10 (dez) ao ano e 01 (um) ao mês.

Artigo 117: Nos casos de faltas sucessivas serão computados para efeito de desconto, os dias de repouso, domingo e feriados intercalados.

Artigo 118: As reposições e indenizações à Fazenda Pública poderão ser descontadas em parcelas não excedentes à décima parte do vencimento.

PARÁGRAFO ÚNICO : Não caberá o desconto parcelado quando o funcionário solicitar exoneração, ou abandonar o cargo.

ARTIGO 119: O vencimento e demais vantagens atribuídas ao funcionário, não poderão ser objeto de arresto, sequestro ou penhora, salvo quando se tratar de determinação judicial.

SEÇÃO III

DA AJUDA DE CUSTO

ARTIGO 120: Será concedida ajuda de custo ao funcionário que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do município, por período superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º- A ajuda de custo destina-se à compensação das despesas de alimentação e pousada e será fixada pelo Prefeito que, ao arbitrá-la levará em conta as condições de vida do funcionário e as despesas a serem realizadas.

§ 2º- A ajuda de custo será calculada:

I- sobre o vencimento do cargo, ou,

II- sobre o vencimento do cargo efetivo, acrescido da gratificação, quando se tratar de função por essa forma retribuída.

§ 3º- Não se concederá ajuda de custo ao funcionário posto à disposição de qualquer entidade de Direito Público.

§ 4º - A concessão de ajuda de custo não será cumulativa com a concessão de diárias e terá como limite o valor dos vencimentos à que fizer jus o designado.

§ 5º- O funcionário restituirá a ajuda de custo quando, antes de terminada a incumbência, regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço.

§ 6º- A restituição é de exclusiva responsabilidade pessoal e



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls. 37

será proporcional aos dias de serviço não prestados.

§ 7º - O Executivo Municipal, no que couber e se fizer ne-
cessário, baixará os atos de regulamentação do disposto nesta se-
ção.

SEÇÃO IV

DAS DIÁRIAS

ARTIGO 121: Ao funcionário que se deslocar do Município, em objeto de serviço, conceder-se-á diárias, em consonância com a natureza e extensão do serviço, correspondente ao período de ausência, a título de compensação das despesas de alimentação e pousada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não se concederá diárias quando o deslocamento constituir exigência permanente do cargo ou função.

ARTIGO 122: A concessão de diárias e seus valores serão regulamentados e fixados por ato do Poder Executivo Municipal

SEÇÃO V

DO AUXÍLIO PARA DIFERENÇA DE CAIXA

ARTIGO 123 : Ao funcionário que, no desempenho de suas atribuições, pagar ou receber dinheiros ou valores, poderá ser concedido ou auxílio para diferença de caixa, que obedecerá o limite mensal de 5% (cinco) por cento dos vencimentos a que fizer jus o designado, para compensar eventuais diferenças de caixa.

§ 1º - O auxílio de que trata este artigo, somente será concedido, enquanto perdurar o exercício do cargo que envolve o manuseio de dinheiro ou os valores públicos.

§ 2º - O Prefeito Municipal estabelecerá, por ato próprio, os cargos que terão direito ao recebimento do auxílio referido neste artigo.

SEÇÃO VI

DO ABONO = FAMILIAR

ARTIGO 124: Será concedido abono-familiar ao funcionário ativo ou i-
nativo:

I - pelo conjuge do sexo feminino, que não exerça atividade remunerada, ou companheira que viva em dependência do funcionário por período superior a 05 (cinco) anos;

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls- 38

II - pelo cônjuge do sexo masculino, quando inválido ou mentalmente incapaz, sem renda própria, ou companheiro que viva em dependência, da funcionária por período superior a 05 (cinco) anos;

III- por filhos menores de 18 (dezoito) anos, e que não exerçam atividades remuneradas nem tenham renda própria;

IV - por filho estudante, menor de 24 (vinte e quatro) anos, que frequente curso superior, ou menor de 21 (vinte e um) anos que frequente curso secundário ou superior, em estabelecimento de ensino oficial ou particular, e que não exerça atividades remuneradas nem tenha renda própria;

V - por filho inválido ou mentalmente incapaz, sem renda própria;

VI- por filha solteira, que não exerça atividade remunerada e não tenha renda própria.

§ 1º - Compreende-se neste artigo, o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo e o menor que, mediante autorização judicial, estiver sob a guarda e o sustento do funcionário.

§ 2º - Para os efeitos deste artigo, considera-se renda própria e atividade remunerada, a importância igual ou superior ao salário mínimo em vigor.

ARTIGO 125: Quando a mãe e o pai forem funcionários municipais, ativos ou inativos e viverem em comum, o abono familiar será concedido ao que perceber, maior vencimento ou provento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os beneficiários sob a guarda; se ambos tiverem, será concedido de acordo com a distribuição dos beneficiários.

ARTIGO 126: Ao pai e a mãe, equiparam-se o padrasto, a madrasta e na falta destes, os representantes legais dos beneficiários.

ARTIGO 127: Ocorrendo o falecimento do servidor, o abono-familiar continuará a ser pago a seus filhos menores, por intermédio da pessoa em cuja guarda se encontrem, enquanto fizerem jus à concessão.

§ 1º - Em se tratando de dependente maior de 18 (dezoito) anos, com o falecimento do funcionário, o abono-familiar passará a ser pago diretamente à ele, desde que observados os requisitos do

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

39

artigo 124, deste Estatuto.

§ 2º - Passará a ser efetuado ao conjuge sobrevivente, o pagamento do abono-familiar correspondente ao menor que Viva a guarda e o sustento do funcionário falecido, desde que aquele consiga outra autorização judicial para mantê-lo e ser seu responsável.

§ 3º - Caso o funcionário não tenha requerido o abono-familiar relativo aos seus dependentes o requerimento poderá ser feito após a sua morte, pela pessoa sob cuja guarda e sustento se encontrem, operando seus efeitos à partir da data do pedido.

ARTIGO 128: O valor do abono-familiar será fixado por ato do Poder Executivo Municipal, não excedendo, todavia, o valor do salário família fixado pela Legislação Federal pertinente.

ARTIGO 129: O abono-familiar, será devido ainda que o funcionário não fizer jús, no mês, a nenhuma parcela a título de vencimento ou provento.

ARTIGO 130: Nenhum desconto incidirá sobre o abono-familiar, nem servirá este de base a qualquer contribuição, ainda que para fins de previdência social.

ARTIGO 131: Todo aquele que por ação ou omissão, der causa a pagamento indevido de abono-familiar ficará obrigado à restituição do indébito, sem prejuízo das demais cominações legais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Consideram-se solidariamente responsáveis para todos os efeitos, os que houverem firmado, atestados ou declarações falsas visando instruções de pedido de abono-familiar.

SEÇÃO VII

DO AUXÍLIO DOENÇA

ARTIGO 132: A partir do 16º (décimo sexto) dia de afastamento do serviço por motivo de saúde, o funcionário só receberá o auxílio-doença se tiver trabalhado, ou sido remunerado pelo menos 12 (doze) dos últimos dos vinte e quatro (24) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO: Independente para a concessão de au-
cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL fls.40

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

xílio doença do período de 12 (doze) meses, estabelecidos no caput deste artigo, nos seguintes casos:

I - Os casos decorrentes da doença contraída em razão do exercício das funções ou acidentes do trabalho.

II - Os casos previstos no Artigo 33 do RGPS (Regulamento Geral da Previdência Social).

ARTIGO 133: O auxílio-doença de que trata o caput do artigo anterior, poderá ser concedido levando-se em consideração a contagem recíproca de tempo de serviço, prestado antes de assumir o cargo do município.

ARTIGO 134: A despesa com o tratamento do acidentado no serviço, correrá por conta dos cofres municipais ou de instituições de assistência social, mediante acordo ou convênio com o município.

SEÇÃO VIII

DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

ARTIGO 135: Por quinquênio de efetivo exercício, prestado ininterruptamente no serviço Público Municipal, será concedido ao funcionário estatutário, um adicional correspondente a 5% (cinco) por cento do vencimento de seu cargo efetivo em comissão, até o limite de 07 (sete) quinquênios.

§ 1º - O adicional será devido à partir do dia imediato àquele em que o funcionário completar o tempo de serviço exigido e ser calculado sobre o seu vencimento base.

§ 2º - O funcionário que exercer cumulativamente, mais de um cargo, previstos na Constituição Federal, terá direito ao adicional com relação a cada cargo, computando-se separadamente, o tempo de serviço exigido para concessão de cada benefício.

§ 3º - Será facultado ao funcionário a percepção do adicional com base no vencimento do cargo em comissão, estando nele em exercício ou com base no nível de vencimento do cargo efetivo, desde que consumado o tempo exigível para sua concessão.

§ 4º - Será concedido um adicional de nível de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta) por cento ao professor(a) de acordo com cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

- 41-

seu nível de habilitação.

§ 5º - o adicional incorpora-se ao vencimento, para efeitos de aposentadoria.

SEÇÃO IX

DAS GRATIFICAÇÕES

ARTIGO 136: Conceder-se-á gratificações:

I - pelo exercício de função com dedicação exclusiva em tempo integral;

II- pela prestação de serviços extraordinários;

III- da insalubridade

IV- por incentivo financeiro pelo exercício de funções no magistério, na zona rural;

V- natalina ou 13º (décimo terceiro)

§ 1º - A gratificação pelo exercício de função com dedicação exclusiva em tempo integral, referida no item I, deste artigo, será arbitrada pelo Prefeito, através de Decreto, e concedida a funcionária ocupante de cargos ou funções que notoriamente exijam tal requisito, não podendo ultrapassar a 50% (cinquenta) por cento dos vencimentos a que fizer jus o designado.

§ 2º - A gratificação de que trata o parágrafo anterior não poderá ser concedida cumulativamente com a gratificação pela prestação (cumulativamente com a gratificação pela prestação) de serviços extraordinários.

ARTIGO 137: A gratificação pela prestação de serviços extraordinários não excederá a 50% (cinquenta) por cento da retribuição mensal do funcionário, e deverá ser previamente solicitada ao Prefeito Municipal, através da chefia imediata, para fins de autorização.

§ 1º - Esta gratificação será paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado, com base no valor da hora de jornada normal de trabalho.

§ 2º - A prestação de serviço extraordinário que exceder a 02 (duas) horas diárias e a realizada aos domingos e feriados terá seu valor acrescido de 50% (cinquenta) por cento.

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL fls.42

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

§ 3º - Não poderá receber gratificação por serviço extraordinário:

I - ocupante de cargo em comissão, de Direção e Assessoramento Superior ou Intermediário.

II- o funcionário que, por qualquer motivo, não se encontre em exercício do cargo.

ARTIGO 138: As demais gratificações serão concedidas aos funcionários municipais, observadas as disposições regulamentares a serem baixadas pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º - O incentivo financeiro pelo exercício de funções do magistério na área rural consistirá de uma gratificação correspondente a 30% (trinta) por cento dos vencimentos fixo do funcionário.

§ 2º - A GRATIFICAÇÃO NATALINA, correspondente ao 13º salário será concedido anualmente, a razão de 1/12 (doze) avos, por mês de serviço efetivamente prestado ao município e será pago com base no vencimento do mês de dezembro.

§ 3º - A gratificação natalina será concedida, ao funcionário:

I - aposentado;

II - em disponibilidade

III - afastado do serviço por motivo de doença ou acidente ;

IV - e aos pensionistas

§ 4º - A gratificação por insalubridade é devida a ocupante de cargo ou emprego que comprovadamente estiver no desempenho de atividades que exijam contato permanente com explosivos inflamáveis, substâncias químicas ou radioativas nocivas à saúde, bem como agentes transmissores de doenças infecto-contagiosas, trabalho com Raio X, coleta de lixo, limpeza de cemitério, esgoto, lavagem e lubrificação de veículos.

§ 5º - A gratificação a que se refere o parágrafo anterior é de 40% (quarenta) por cento sobre o valor do salário mínimo estabelecido, pelo Governo Federal.

§ 6º - A gratificação por insalubridade não integra ao

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

fls-43

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

vencimento para efeitos de aposentadoria.

ARTIGO 139: O Executivo Municipal poderá, no que couber, baixar regulamentos, visando estabelecer critérios para concessão das gratificações de que trata esta seção.

CAPÍTULO VII DAS CONCESSÕES

ARTIGO 140: Sem prejuízo do vencimento ou de qualquer direito ou vantagem legal, o funcionário poderá faltar ao serviço até:

- I - 06 (seis) dias consecutivos por motivo de casamento;
- II - 06 (seis) dias por motivo de morte do pai, mãe, conjugue, filho ou irmão.
- III - 05 (cinco) dias por motivo de nascimento do filho
- IV - dois (02) dias por morte do avô, avó, sogro, sogra, cunhado, tios e primos;
- V - 01(um) dia para tirar o título eleitoral, fazer alistamento Militar ou doar sangue.

ARTIGO 141: Ao funcionário licenciado para tratamento de saúde fora da sede do município, por imposição de laudo médico oficial, poderá ser concedido o pagamento de transportes, a critério do Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O transporte poderá ser concedido igualmente a uma pessoa da família do funcionário.

ARTIGO 142: Ao cônjuge, ou na falta deste, a qualquer pessoa que provar ter feito despesa em virtude de falecimento de funcionário, ainda que em disponibilidade ou aposentado, será concedido auxílio-funeral, correspondente a um mês de vencimento base ou provento.

§ 1º - Em caso de acumulação, o auxílio-funeral será pago somente em razão de maior vencimento do funcionário falecido.

§ 2º - O processo de pagamento de auxílio-funeral terá tramitação sumária, devendo estar concluído no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados da apresentação do atestado de óbito no órgão de administração de Pessoal, acompanhado de comprovante de despesas pertinentes.

ARTIGO 143: O vencimento e o provento não sofrerão descontos além

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL fls-44

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

dos previstos em Lei.

ARTIGO 144 : Por falecimento de funcionário ativo ou aposentado, será paga ao cônjuge sobrevivente, em quanto viver ou na falta deste, aos dependentes do falecido, até completarem a maioridade, uma pensão especial, equivalente ao vencimento que o mesmo percebia por ocasião do óbito.

ARTIGO 145: A pensão especial a que se refere o artigo anterior, somente será devida, se o cônjuge e os dependentes do falecido não fizerem jus a benefícios previdenciários.

ARTIGO 146 : Conceder-se-á auxílio-natalidade, ao funcionário(a), após o nascimento de filhos e mediante requerimento ao qual se junte a Certidão de Nascimento correspondente.

§ 1º - terão direito ao auxílio-natalidade;

I - a funcionária que houver dado à luz;

II - o funcionário cuja esposa ou companheira houver dado a luz.

§ 2º - o período de carência é de 12 (doze) meses de serviço prestado ao Município ou de contribuição previdenciária pagas anterior a data de nascimento do filho (a).

§ 3º - Se o parto for de gêmeos o auxílio-natalidade será paga em dobro.

§ 4º - o auxílio-natalidade será pago de uma só vez e seu valor será de 70% (setenta) por cento do salário mínimo estabelecido pelo governo Federal.

§ 5º - não será permitida a percepção conjunta do auxílio-natalidade, quando o pai e a mãe forem funcionários do município.

§ 6º - perderá o direito ao auxílio-natalidade, o funcionário que não o requerer em até 120 (cento e vinte) dias após o nascimento do filho.

CAPÍTULO VIII

DA ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

ARTIGO 147 : O município, diretamente ou não prestará serviços de as



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls-45

sistência e previdência social, a seus funcionários e respectivas famílias, nos termos e condições estabelecidas em regulamento próprio pelo Poder Executivo Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: As pensões pagas a beneficiários de funcionários do Município, serão reajustados de acordo com os reajustes concedidos aos funcionários em atividades.

CAPÍTULO IX

DO DIREITO DE PETIÇÃO

ARTIGO 148 : É assegurado ao funcionário o direito de requerer ou representar, devendo o requerimento, dirigido à autoridade competente, ser obrigatoriamente examinado pelo órgão de administração do pessoal, que o encaminhará à decisão final, após emissão de parecer.

PARÁGRAFO ÚNICO: O requerimento deverá ser decidido no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, salvo os casos de que obriguem à realização de diligência ou estudo especial.

ARTIGO 149 : Caberá recursos:

- I - quando o pedido de reconsideração não for decidido no prazo legal;
- II - do indeferimento do pedido de reconsideração
- III - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º - O recurso que não contiver novos argumentos será rejeitado.

ARTIGO 150: o pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que houver expedido o ato e proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

ARTIGO 151: O pedido de reconsideração não terá efeito suspensivo o recurso quando cabível, terá efeito devolutivo e suspensivo; o que for provido retroagirá nos seus efeitos, à data do ato impugnado.

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria fls-46

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

nao.

ARTIGO 152: O direito de pleitear na esfera administrativa Municipal prescreverá:

I - em cinco (05) anos quando aos atos de que decorram ' demissão, cassação de aposentadoria, pensão especial, ou de disponibilidade.

II - 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos.

ARTIGO 153: O prazo de prescrição contar-se-á da data de publicação do ato impugnado, e quando este for de natureza reservada, da data em que o interessado dele tiver ciência.

ARTIGO 154: O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição uma única vez.

PARÁGRAFO ÚNICO: A prescrição interrompida recomeçará a correr pela metade do prazo, da data do ato a que o interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.

CAPÍTULO X

DA DISPONIBILIDADE

ARTIGO 155 : Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o funcionário estável será posto em disponibilidade remunerada, com vencimentos integrais, desde que se torne impossível o imediato aproveitamento do funcionário em cargo equivalente.

§ 1º - A declaração de desnecessidade do cargo será feita por ato do Poder Executivo Municipal.

§ 2º - Fica ressalvado o direito da administração municipal em prover o aproveitamento do funcionário, na forma dos artigos 62 e restantes deste Estatuto.

CAPÍTULO XI

DA APOSENTADORIA

ARTIGO 156: O funcionário será aposentado:

I - compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade do sexo masculino e 65 (sessenta e cinco) anos de idade do sexo feminino com proventos proporcionais ao tempo de serviço; na base de 1/35 por cont.



Prefeitura Municipal de Selvíria

fls-47

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

ano de serviço para o homem e 1/30 por ano de serviço para a mulher

II - voluntariamente quando completar:

a) - 35 (trinta e cinco) anos de tempo de serviço se homem e aos 30 (trinta) anos de tempo de serviço se mulher, com proventos integrais.

b) aos trinta (30) anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor ou especialista de educação, e 25 (vinte e cinco) anos de professora, com proventos integrais.

c) aos 30 (trinta) anos de tempo de serviço se homem aos 25 (vinte e cinco) anos se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo.

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade se homem e aos 60 (sessenta) anos se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

III - Por invalidez:

§-1º - A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença médica por período nunca inferior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo quando o laudo médico concluir anteriormente àquele prazo, pela incapacidade definitiva para o Serviço Público Municipal.

§ 2º - Será aposentado com proventos integrais o funcionário que, após 24 (vinte e quatro) meses de licença, para tratamento de saúde, for considerado inválido para o serviço público.

IV - A aposentadoria em cargo ou emprego temporário será regulamentada por Lei Federal e acatada pelo município.

V - Entende-se por tempo de serviço para efeito de aposentadoria a soma do serviço prestado ao município, a outros municípios, Estados, Territórios, União, a iniciativa privada, rural e urbana, as autarquias, sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas em geral.

VI - Entende-se por proventos integrais, o vencimento as gratificações e adicionais percebidos pelo funcionário no mês anterior da aposentadoria, quando esta ocorrer nas condições previstas nas letras "A e B" do item II deste artigo, exceto as gratificações:

a) por insalubridade;

b) por serviços extraordinários;

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

fls-48

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

c) incentivo financeiro por função de magistério na área rural.

VII - Entendem-se por proventos proporcionais o previsto no item anterior, dividido pelo tempo de serviço necessário para aposentadoria, multiplicando-se o resultado pelo total de anos de tempo de serviço efetivamente trabalhado, conforme está prescrito no item V deste artigo.

ARTIGO 157: O aposentado receberá proventos integrais:

- I - Nos casos dos itens II, "A e B" do artigo anterior
- II - quando sofrer invalidez em consequência de acidente de trabalho ou, em razão de doença contraída no exercício da função
- III - Quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia, cegueira, lepra, pênfigo, foliáceo, paralisia, cardiopatia grave e outras doenças que se caracterizem como irreversível e impossibilitarem a readaptação em nova função comprovada mediante laudo médico e constantes da relação organizada pelo ministério da Saúde, Previdência e Assistência Social.

§ 1º - Considera-se acidente, para os efeitos deste Estatuto o evento danoso que tiver como causa imediata ou mediata, o exercício das funções do cargo, e desde que não provocada por imprudência, negligência ou imperícia do funcionário.

§ 2º - Equipara-se a acidente, a agressão sofrida e não comprovada pelo funcionário, no exercício de suas funções.

§ 3º - A prova do acidente será feito em processo especial no prazo máximo de 08 (oito) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem sob pena de suspensão de quem omitir ou retardar a providência.

§ 4º - Entende-se por doença contraída no exercício da função àquela que decorrer das condições do serviço ou de fatos nele ocorridos, devendo o laudo médico estabelecer-lhe a rigorosa caracterização.

§ 5º - Ao funcionário, ocupante de cargo em comissão aplicar-se o disposto neste artigo, quando invalidez nos termos do item II deste artigo.

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fls-49

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

ARTIGO 158: Fora dos casos previstos no artigo 157 deste Estatuto, os proventos serão proporcionais ao tempo de serviço, na razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano de efetivo exercício, quando do sexo masculino e 1/30 (um trinta avos) quando do sexo feminino.

§ 1º - Nos casos em que a Lei Federal fixar menor tempo, a proporção será de tantos avos quanto forem os anos de serviço necessários para a aposentadoria integral.

§ 2º - Os proventos da aposentadoria não serão inferiores a 3/4 (tres quarto) do vencimento da atividade, nem a ele superior.

ARTIGO 159: Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos funcionários em atividades. Sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos funcionários em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do funcionário falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto do caput deste artigo.

ARTIGO 160 : A aposentadoria que depender de inspeção médica, somente será decretada depois de verificada a impossibilidade de readaptação do funcionário em função mais compatível com a sua capacidade física ou mental.

ARTIGO 161: É automática a aposentadoria compulsória calculando-se os proventos do aposentado com base no vencimento e nas vantagens a que fizer jus, no dia em que atingir a idade limite.

PARÁGRAFO ÚNICO: O retardamento do ato para declarar a aposentadoria, não impedirá àquele em que atingir a idade limite.

ARTIGO 162 : Nos casos em que a aposentadoria tenha sido concedida por motivo de invalidez, será o aposentado submetido a inspe-



Prefeitura Municipal de Selvíria

-50-

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

ção médica após o decurso de cada 02 (dois) anos, para efeito de reversão, salvo disposição em laudo médico, que caracterize a invalidez como permanente e de impossível readaptação ao serviço público municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: A inspeção médica de que trata o caput deste Artigo não poderá ser realizado após aos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade do funcionário.

T Í T U L O V

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DA ACUMULAÇÃO

ARTIGO 163: É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto:

I - a de Juiz e um cargo de professor

II - a de dois cargos de professor

III - a de um cargo de professor com outros técnico de nível superior ou científico;

IV - a de dois cargos privativos de médico

V - a permitida em Lei complementar Federal

§ 1º - Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja correlação da matéria e compatibilidade de horários.

§ 2º - A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, mantido pelo Poder Público.

§ 3º - A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quando o exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou contratos para prestação de serviços técnicos profissionais especializados.

§ 4º - A ressalva do § 3º não se aplica aos aposentados por invalidez e por idade (compulsória).

ARTIGO 164: O exercício de mandato eletivo por funcionário Muni-

cont....



pal, obedecerá as determinações estabelecidas pela Constituição Federal.

ARTIGO 165: O funcionário não poderá exercer mais de uma função gratificada, nem participar de mais de um órgão de deliberação coletiva

ARTIGO 166 : Verificada em processo administrativo, a acumulação proibida e provada e boa fé, o funcionário optará por um dos cargos se não fizer dentro de 30 (trinta) dias, será exonerado de qualquer deles, a critério da Administração Municipal.


§ 1º - Provada a existência de má fé, o funcionário será demitido de todos os cargos, e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

§ 2º - Se a acumulação proibida envolver cargo, função ou emprego de outras entidades estatal ou paraestatal, será o funcionário demitido do cargo municipal.

C A P Í T U L O I I

DOS DEVERES DO FUNCIONÁRIO

ARTIGO 167: São deveres do funcionário:

- 
- I - exação administrativa;
 - II - assiduidade;
 - III - pontualidade;
 - IV - discricção
 - V - urbanidade
 - VI - observar as normas legais e regulamentadoras;
 - VII- obedecer as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais;
 - VIII- levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades que tiver ciência em razão do cargo ou função;
 - IX - zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;
 - X - fazer pronta comunicação a seu chefe imediato, o motivo de seu não comparecimento ao serviço.
 - XI - manter nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de funcionário público ou de cidadão.



Prefeitura Municipal de Selvíria

fls-52

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

XII - atender prontamente;

- a) as convocações para defesa da Fazenda Pública;
- b) expedição de certidões requeridas para a defesa de direito;
- c) imediato cumprimento de decisões e ordens emanadas do Poder Judiciário.

XIII - colaborar para o aperfeiçoamento dos serviços, sugerindo a chefia imediata as medidas que julgar necessárias;

XIV - submeter-se-á inspeção médica determinada por autoridade competente.

CAPÍTULO III

DAS PROIBIÇÕES

ARTIGO 168 : Ao funcionário é proibido:

I - referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho às autoridades, a atos da administração pública, sendo-lhe permitida, porém em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou de organização.

II- retirar sem permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III- promover manifestação de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever listas de donativos na repartição.

IV - desempenhar atribuições diversas das pertinentes à sua classe salvo nos casos previstos em Lei;

V- valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de terceiros, em prejuízo da dignidade da função;

VI - participar de gerência ou Administração de empresa comercial ou industrial, sociedade de economia mista ou empresa pública fornecedora de materiais ou prestadora de serviços ao município;

VII- exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, quotista ou comanditário;

VIII- praticar a usura em qualquer de suas formas no âmbito de serviço público;

IX- pleitear como procurador ou intermediário, junto

cont...



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fls-53

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

às repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de percepção de vencimentos e vantagens de parentes até segundo grau;

X - receber ou exigir propinas, comissões ou presentes de qualquer espécie, em razão de suas atribuições, ou aceitar promessas de tais vantagens;

XI- cometer a pessoa estranha à repartição dos casos previstos em Lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

XII- utilizar material da repartição em serviço particular;

XIII- utilizar veículo do município ou permitir que dele se utilizem para fim alheio ao serviço público;

XIV - praticar qualquer outro ato ou exercer atividades proibidas por Lei ou incompatível com sua atribuição funcional.

C A P Í T U L O I V

DA RESPONSABILIDADE

ARTIGO 169: Pelo exercício irregular de suas atribuições o funcionário responde administrativa, civil e criminalmente.

ARTIGO 170: A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões que contravenham o regular cumprimento de deveres, atribuições e responsabilidade que as leis e os regulamentos constam ao funcionário.

ARTIGO 171: A responsabilidade civil decorre do procedimento doloso ou culposos que importa em prejuízo da Fazenda Municipal ou de terceiros.

§ 1º- a indenização de prejuízos causados à Fazenda Municipal, poderá ser liquidada mediante descontos em prestação mensal não excedente da décima parte do vencimento, à falta de outros bens que respondam pela indenização.

§ 2º - tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Municipal, em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

cont.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fls-54

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

ARTIGO 172: A responsabilidade penal abrange os crimes e as contra-venções imputadas ao funcionário nessa qualidade.

ARTIGO 173: As cominações civís, penais e disciplinares, poderão 'acumular-se, sendo uma e outras independentes entre si, bem assim' as instâncias administrativas, civil e penal.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

ARTIGO 174 : Considera-se infração disciplinar o ato praticado pe-lo funcionário com violação dos deveres e das proibições decorren-tes do cargo que exerce.

PARÁGRAFO ÚNICO: A infração é punível quer consista em ação, -quer em omissão, e independentemente de ter produzido resul-tado perturbador do serviço.

ARTIGO 175 : São penas disciplinares na ordem crescente de grvida de:

- I - advertência verbal ou escrita
- II - repreensão
- III - multa
- IV - suspensão disciplinar
- V - destituição de função
- VI - demissão
- VII- cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nas aplicações das penas disciplinares se-
rão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos que
dela provierem para o serviço público e os antecedentes do funcioná-
rio.

ARTIGO 176: Não se aplicará ao funcionário mais uma pena discipli-
nar, por infração ou infrações acumuladas, que sejam num só process-
so.

ARTIGO 177 : A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos ca-
sos de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres.

ARTIGO 178: A pena de suspensão disciplinar não excederá a 90 (no-
venta) dias e será aplicada nos casos de falta grave ou de reincidên-
cia.

cont....



§ 1º - o funcionário enquanto suspenso disciplinarmente perderá todos os direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo;

§ 2º - Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão disciplinar poderá ser convertida em multa na base de 10% (dez) por cento por dia de vencimento, obrigado nesse caso o funcionário, a permanecer em serviço:

ARTIGO 179: São, dentre outros motivos, determinantes de destituição da função:

I - atestar falsamente a prestação de serviço extraordinário;

II - não cumprir ou tolerar que não se cumpra a jornada de trabalho as condições previstas no artigo 39 deste Estatuto.

III - promover ou tolerar o desvio irregular de função;

IV - retardar a instrução ou o andamento de processo;

V - coagir ou aciliar subordinados com objetivo de natureza político-partidários;

VI - deixar de prestar ao órgão de pessoal a informação de que trata o parágrafo 2º do Artigo 34 deste Estatuto.

ARTIGO 180: A pena de demissão será aplicada nos casos de:

I - crime contra a administração Pública, nos termos da Lei penal;

II- abandono de cargo

III- incontinência Pública escandalosa, vícios de jogos proibidos e embriaguez habitual;

IV- insubordinação grave em serviço;

V- ofensa física em serviço, contra funcionário ou particular salvo em legítima defesa;

VI- aplicação irregular dos dinheiros e valores públicos.

VII-lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio municipal.

VIII- revelação de segredo de que tenha conhecimento em razão de suas atribuições;

IX- incidência em qualquer das proibições de que tratam

cont.....



os itens V e XIII, do artigo 168, deste Estatuto.

§ 1º - Considera-se abandono do cargo a ausência do funcionário, sem causa justificada, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

§ 2º - Incorrerá ainda, na pena de demissão por falta de assiduidade, o funcionário que, no período de 12 (doze) meses faltar, ao serviço 45 (quarenta e cinco) dias interpoladamente, sem causa justificada.

ARTIGO 181: O ato de demitir o funcionário municipal, mencionará sempre a causa da penalidade e a disposição legal em que se fundamenta.

ARTIGO 182: Considerada a gravidade da falta, a demissão poderá ser aplicada com a nota "a bem do serviço público" a qual constará sempre nos atos de demissão, fundados nos itens I, VI e VII do artigo 180 deste Estatuto.

ARTIGO 183: Será cassada a disponibilidade, se ficar provado em processo, que o funcionário nesta condição:

I - praticou, quando em atividade, qualquer das faltas para as quais é cominada, neste Estatuto, pena de demissão;

II - for condenado por crime cuja pena importaria em demissão se estivesse em atividade;

III - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

IV - aceitou representação de Estado estrangeiro, sem prévia autorização;

V - praticou usura ou advocacia administrativa.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será igualmente cassada a disponibilidade do funcionário que não assumir no prazo legal, o exercício do cargo em que for aproveitado.

ARTIGO 184: Será cassada a aposentadoria de funcionários nos casos dos itens III, IV, V do Artigo anterior.

ARTIGO 185: Para a imposição de penas disciplinares são competentes:

I - o prefeito nos casos de demissão, cassação de aposentadoria de disponibilidade, bem como suspensão superior a 05 (cinco) dias;

II - a autoridade imediatamente subordinada ao Prefeito,



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls-57

responsável pelo órgão em que tenha exercício o funcionário, nos casos de suspensão disciplinar até 05 (cinco) dias;

III - O chefe imediato do funcionário, nos casos de advertência verbal, escrita e repreensão.

§1ª A pena de multa será aplicada pela autoridade que impuser a suspensão disciplinar, mediante anuência prévia do Prefeito.

§ 2º - A pena de destituição de chefia será aplicada pelo Prefeito Municipal.

ARTIGO 186: Serão consideradas como de suspensão disciplinar, os dias em que o funcionário deixar de atender às convocações de júri e do serviço eleitoral sem motivo justificado.

ARTIGO 187: São circunstâncias que atenuam a aplicação de pena

I - a prestação de mais de 10 (dez) anos de serviço ao município de Selvíria com exemplar comportamento e zelo;

II - a confissão espontânea da infração.

ARTIGO 188: São circunstâncias que agravam a aplicação da pena:

I - o conluio para a prática de infração;

II - a cumulação de infrações;

III - a reincidência genérica ou específica na infração.

ARTIGO 189: Contadas da data da infração, prescreverá na esfera Administrativa:

I - em 120 (cento e vinte) dias, a falta sujeita à pena de repreensão;

II - em 01 (um) ano, a falta sujeita à penas de multas ou suspensão disciplinar;

III - em dois (02) anos, a falta sujeita à pena de demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;

PARÁGRAFO ÚNICO: A falta administrativa, também prevista como crime na Lei penal, prescreverá juntamente com este.

TÍTULO VI

DO PROCESSO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DO PROCESSO

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls-58

ARTIGO 190: A autoridade que tiver ciência de qualquer irregularidade de no serviço é obrigado a denunciá-la ou promover-lhe a apuração imediata, por meio sumário ou mediante processo disciplinar, assegurada ampla defesa ao indiciado.

PARÁGRAFO ÚNICO: o processo procederá à aplicação das penas de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, destituição de chefe, de demissão, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

ARTIGO 191: São competentes para determinar a instauração do processo disciplinar administrativo, além do Prefeito, os chefes de órgãos a ele diretamente subordinados.

ARTIGO 192: Promoverá o processo, uma comissão designada pela autoridade que o houver determinado e composta de três funcionários que não estejam, na ocasião, ocupando cargo ou exercendo função da qual sejam demissíveis "ad-nutum".

§ 1º - Ao designar a comissão, a autoridade indicará dentro de seus membros o respectivo presidente.

§ 2º - O presidente da comissão, designará o funcionário que deve servir como secretário.

§ 3º - Qualquer dos designados para comporem a comissão de que trata este artigo, deverá declarar expressamente, à autoridade designante, qualquer motivo, que a seu ver a impeça de livremente exercitar a tarefa designada.

ARTIGO 193 : A título de atos preparatórios do termo inicial do processo disciplinar, poderá a comissão realizar investigação sumária e sindicância, resguardando o sigilo, sempre que necessário.

ARTIGO 194: O processo disciplinar propriamente dito, abrir-se-á com um termo inicial indicativo dos atos ou fatos irregulares e da responsabilidade de sua autoria.

§ 1º - Dentro de 48 (quarenta e oito) horas seguidas à sua lavratura, a comissão transmitirá ao acusado cópia do termo, citando-o para todos os atos do processo, sob pena de revelia.

§ 2º - Achando-se o acusado em lugar incerto, será citado por edital, que se publicará 03 (três) vezes no órgão da imprensa, para, no prazo de 10 (dez) dias a contar da última publicação, cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls-59

apresentar-se para a defesa, acompanhado de advogado.

§ 3º - Feita a citação, nos termos do parágrafo anterior dar-se-á ao acusado, como defensor, até que ele compareça, um funcionário municipal que não esteja, na ocasião ocupando cargo ou exercendo função da qual seja demissível "ad-nutum".

ARTIGO 195: Da data da citação ou da abertura de vista ao defensor dativo, correrá o tríduo para a defesa prévia, na qual o acusado poderá contrariar a acusação, requerer meios de prova e apreciar os elementos coligidos na fase preliminar de sindicância ou investigação.

PARÁGRAFO ÚNICO: O acusado terá direito de acompanhar por si, ou por procurador, todos os termos e atos do processo e produzir as provas em direito permitidas, em prol de sua defesa, podendo a comissão indeferir a juntada das inúteis em relação ao objeto do processo, ou as inspiradas em propósitos manifestamente protelatórios.

ARTIGO 196: Decorrido o tríduo, iniciar-se-á o período probatório no qual a comissão promoverá os atos que julgar convenientes à instrução do processo inclusive os requeridos pelo acusado e deferidos

§ 1º - A comissão poderá citar o acusado para prestar declaração ; se ele não comparecer ou se recusar a prestá-las ser-lhe-á aplicada a pena de confesso .

§ 2º - A perícia quando cabível, será feita por técnico escolhido pela comissão, o qual poderá ser assistido por outro indicado pelo acusado.

ARTIGO 197: Encerrada pela comissão a fase probatória será concedido ao acusado o prazo de 10 (dez) dias para o oferecimento de suas razões finais de defesa.

§ 1º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum a de 20 (vinte) dias.

§ 2º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis , a critério da comissão.

ARTIGO 198 : Decorridos do prazo previsto no artigo anterior , com

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls-60

razões ou sem elas, a comissão lançará nos autos o seu relatório, final e submeterá o processo ao julgamento da autoridade competente.

ARTIGO 199 : A comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para concluir o processo disciplinar, salvo se, por motivo justificado, este prazo for prorrogado pela autoridade competente.

PARÁGRAFO ÚNICO: O excesso de prazo importa em responsabilidade de quem lhe der causa, mas não tem como consequência a prescrição do processo.

ARTIGO 200: Recebido o processo com relatório final a autoridade competente proferirá o julgamento no prazo de 20 (vinte) dias, salvo baixar os autos diligências, quando se renovará o prazo para conclusão desta.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não decidido o processo no prazo deste artigo, o indiciado reassumirá automaticamente o exercício do cargo e aguardará o julgamento, salvo o disposto no § 2º do Artigo 207, deste Estatuto.

ARTIGO 201: A autoridade a quem for remetido o processo, proporá a quem de direito, no prazo do artigo 200, as sanções e providências que excederem da sua alçada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, caberá o julgamento à autoridade competente para imposição da pena mais grave.

ARTIGO 202: Quando a irregularidade objeto de inquérito ou de processo disciplinar constituir crime, O Prefeito comunicará o fato à autoridade judicial, para os devidos fins, e concluído o processo na esfera administrativa, remeterá os autos à autoridade judiciária competente, ficando translado na Prefeitura.

ARTIGO 203: Em qualquer fase do processo será permitido a intervenção de defensor constituído pelo indiciado.

ARTIGO 204: O funcionário somente poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão de processo disciplinar a que responder, desde que reconheça sua inocência:

ARTIGO 205: A comissão sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos do inquérito, ficando seus membros em tais casos, dispen-

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fls-61

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

sados do serviço nas repartições, durante o curso das diligências e elaboração do relatório.

C A P Í T U L O II

DA PRISÃO ADMINISTRATIVA

ARTIGO 206 : Cabe ao Prefeito, fundamentalmente e por escrito, ordenar a prisão administrativa do responsável por dinheiro e valores pertencentes à Fazenda Municipal ou que se achem à guarda desta, no caso de alcance ou omissão em efetuar as entradas nos devidos prazos.

§ 1º - O prefeito comunicará o fato à autoridade judiciária competente, e providenciará, no sentido de ser realizada com urgência, o processo de tomadas de contas.

§ 2º - A prisão administrativa não excederá de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO III

DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

ARTIGO 207: O Prefeito poderá determinar a suspensão preventiva do funcionário até 90 (noventa) dias, para que este não venha a influir na apuração da falta cometida.

§ 1º - Findo o prazo de que trata este Artigo, cessarão os efeitos de suspensão preventiva, ainda que o processo não esteja concluído.

§ 2º - No caso de alcance ou malveração de dinheiro público, o afastamento se prolongará até a decisão do processo disciplinar.

ARTIGO 208: O funcionário terá direito:

I - a contagem de tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado preso administrativamente ou suspenso preventivamente; se do processo não resultar pena disciplinar ou esta se limitar à repreensão.

II - a contagem do período de afastamento que exceder o prazo de suspensão disciplinar aplicada;

cont....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls- 62

III - a contagem de período de prisão administrativa ou suspensão preventiva ao pagamento do vencimento e de todas as vantagens do exercício, desde que reconhecida sua inocência.

C A P Í T U L O I V

DA PREVISÃO

ARTIGO 209-: Dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da publicação, poderá ser requerida revisão do processo do qual resulta pena disciplinar, quando se aduzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente.

§ 1º - Não constitui fundamento para a revisão, a simples alegação de injustiça de penalidade.

§ 2º - Tratando-se de funcionário falecido ou desaparecido, a revisão poderá ser requerida por qualquer das pessoas constantes de seu assentamento individual.

ARTIGO 210: Correrá a revisão em apenso ao processo originário.

ARTIGO 211: O requerimento, devidamente instruído será encaminhado ao órgão de administração de pessoal, que procederá de conformidade do disposto do Capítulo I, deste Título.

ARTIGO 212: Na inicial, o requerente pedirá dia e hora para a inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 1º - Será considerada mero informante, a testemunha que, residindo fora do município, prestar depoimento por escrito, bem assim aqueles considerados incapazes de estar em juízo.

§ 2º - Concluída a revisão, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, será o processo, com respectivo relatório encaminhado à autoridade competente para julgá-lo.

§ 3º - A autoridade competente terá 20 (vinte) dias para decidir, salvo se baixar o processo em diligência, quando se renovará o prazo após a conclusão desta.

ARTIGO 213: Julgada procedente a revisão, seus efeitos retroagirão à data da decisão revista.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONT.....



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls-63

ARTIGO 214: A jornada de trabalho nas repartições públicas do Município de Selvíria será de 08 (oito) horas por dia de 2ª a 6ª e 04 (quatro) horas no sábado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Compete à Chefia da repartição ou do serviço, antecipar ou prorrogar o período de trabalho, quando necessário, respondendo pelos abusos que cometer.

ARTIGO 215: Consideram-se pertencentes à família do funcionário, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem de seu assentamento funcional.

ARTIGO 216: Para todos os efeitos previstos neste Estatuto e em leis do município, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médicos da Prefeitura ou na falta deste, pelo órgão conveniado com a Prefeitura Municipal ou credenciado pelo Município.

§ 1º - Em casos especiais, atendendo à natureza da enfermidade, o Prefeito Municipal, poderá designar uma junta médica para proceder ao exame dela fazendo parte, obrigatoriamente, médicos da Prefeitura ou, optar pelo exame através de órgãos conveniados.

§ 2º - Os atestados médicos concedidos aos funcionários municipais, quando em tratamento fora do município, terão sua validade condicionada à ratificação ou visto do médico da Prefeitura responsável pelo órgão de saúde do município.

ARTIGO 217: Contar-se-ão por dias corridos, os prazos previsto neste Estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não se computará nos prazos, o dia inicial e prorrogando-se para o primeiro dia útil, o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

ARTIGO 218: É vedado ao funcionário servir sob chefia imediata de cônjuge ou parente até o 2º grau, salvo em função, de confiança ou livre escolha, não podendo exceder a dois o seu número.

ARTIGO 219: São isentos de taxas e emolumentos os requerimentos, certidões e outros papéis, que na esfera administrativa interessa-

cont...



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls- 64

rem ao funcionário público municipal, ativo ou inativo, nessa qualidade.

ARTIGO 220: O funcionário público municipal, candidato à cargo eletivo desde que exerça encargos de chefia, em comissão ou não será afastado com vencimento, à partir da data em que for feita sua inscrição perante a justiça eleitoral, até o dia seguinte àquele do pleito, observadas as demais prescrições estatuídas pela Legislação Federal pertinente.

ARTIGO 221: É vedado exigir atestado de ideologia, como condição de posse ou exercício em cargo público municipal.

ARTIGO 222: Aplicar-se-á as disposições do presente Estatuto dos funcionários da Câmara Municipal, incumbindo ao Presidente desta, as atribuições reservadas ao Prefeito Municipal, quando for o caso e no que couber.

ARTIGO 223: Poderão ser admitidos, para cargos adequados, funcionários de capacidade física reduzida, aplicando-se processos especiais de seleção.

ARTIGO 224: É garantido ao funcionário o direito a livre associação sindical.

PARÁGRAFO ÚNICO : O direito de greve será exercido nos termos deste Estatuto e nos limites definidos em Lei complementar Federal.

ARTIGO 225: Os funcionários lotados nos setores de vigilância guarda municipal, saúde e assistência social não poderão deixar de comparecer ao trabalho por motivo de greve.

ARTIGO 226: O funcionário no exercício do cargo em comissão ou função gratificada, não pode fazer greve, apoiá-la, fomentá-la ou ter qualquer participação, com pena de ser exonerado do cargo ou função.

ARTIGO 227 : Instaurada, a greve, o chefe do órgão de administração de pessoal, marcará no prazo de 02 (dois) dias uma reunião com os funcionários grevistas e seus representantes, a qual será presidida pelo procurador jurídico do município, secretariada pelo Secretário



Prefeitura Municipal de Selvíria

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls- 65

de Administrativa de pessoal, que apresentará as propostas e sugestões do Executivo Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Terminada a reunião prevista no caput deste artigo será escrito um relatório o qual será assinado pela comissão representativa do Executivo Municipal, os grevistas presentes e seus representantes; se as partes não chegarem a um acordo o Prefeito Municipal através de ofício solicitará a Delegacia Regional do Trabalho ou a quem de direito providências para que a greve seja julgada; se for considerada ilegal, os grevistas perderão os dias de paralização, os quais serão considerados como falta.

ARTIGO 228: O funcionário titular de cargo em comissão demissível ad-nutum, exonerado do cargo tem direito a receber; saldo de vencimento, 13º salário, férias vencidas e proporcionais; exceto se a demissão for a bem do serviço público.

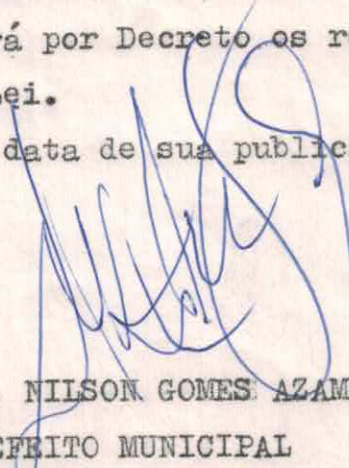
PARÁGRAFO ÚNICO: Os direitos e condições previstos no caput deste artigo serão aplicados aos funcionários titulares de cargos efetivos; quando pedir demissão.

ARTIGO 229: O pedido de demissão do funcionário titular do cargo efetivo será testemunhado por dois funcionários e protocolado no protocolo geral da Prefeitura.

ARTIGO 230: O Prefeito através de Decreto concederá aposentadoria à vista das informações contidas, no requerimento fornecido pelo órgão de Administração de pessoal e procuradoria jurídica.

ARTIGO 231: O Prefeito Municipal efetuará por Decreto os regulamentos necessários à execução da presente Lei.

ARTIGO 232: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


DR. NILSON GOMES AZAMBUJA
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Selvíria

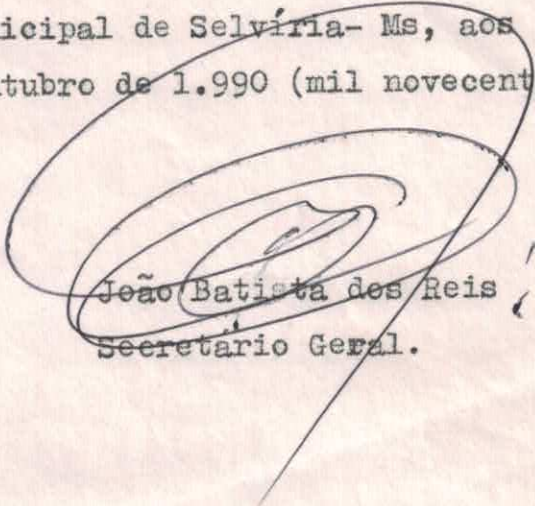
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AV. BRASÍLIA, 997 — CEP 79.630

fls- 66

REGISTRADA E PUBLICADA em livro próprio, nas fls... na data supra e afixado em local de costume.

Secretaria da Prefeitura Municipal de Selvíria- Ms, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de outubro de 1.990 (mil novecentos e noventa).


João Batista dos Reis
Secretário Geral.